

A escolarização em uma região de imigração: processos, práticas e o ensino no meio rural de Lomba Grande/RS nas primeiras décadas do século XX

School in the region of immigration: public Education in the rural environment of Lomba Grande/RS in the early decades of the twentieth century

José Edimar de Souza*

Resumo

A escolarização em uma região de imigração é aqui entendida a partir dos processos e práticas apreendidas desde uma história cultural que procura investigar, fundamentada em documentos distintos, o modo como os sujeitos se organizaram para ter acesso ao conhecimento. A análise documental contou com fontes de arquivos e jornais, como Arquivo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo e Jornal O 5 de Abril. O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de desenvolvimento do ensino no meio rural de Lomba Grande a começar pela caracterização das políticas de investimento público de São Leopoldo e Novo Hamburgo nas primeiras décadas do século XX. Destaca-se do conjunto de análise que a presença da escola comunitária desde o século XIX contribuiu com a ampliação da oferta do ensino público escolar com início na década de 30 do século XX e favoreceu as práticas de escolarização na localidade investigada.

Palavras chaves: Lomba Grande; Meio rural; Imigração alemã.

Abstract

The schooling in an immigration region is understood here from the processes and practices seized from a cultural history that seeks to investigate, substantiated by different documents, the way the subjects organized the selves to gain access to knowledge. The documentary analysis relied on sources of archives and newspapers, such as archives of the Viscount of São Leopoldo's Historical Museum and the journal O 5 de Abril. The objective of this work was to analyze the process of development of education in the rural medium of Lomba Grande, starting with the characterization of the public investment

¹ Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico - CNPq Brasil. Edital Universal 01/2016, processo número 405151/2016-0

*Doutor em Educação pela Unisinos. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul - UCS. E-mail: jesouza1@ucs.br

policies of São Leopoldo and Novo Hamburgo in the early decades of the twentieth century. It stands out from the set of analysis that the presence of the Community school since the nineteenth century contributed to the expansion of the offer of public school education with beginning in the 1930s of the twentieth century and favoured the educational practices in the locality investigated.

Key words: Lomba Grande; Countryside; German immigration.

Introdução

A escolarização em uma região de imigração é aqui compreendida através dos processos e práticas apreendidas a partir de uma história cultural que procura investigar com suporte em documentos distintos, o modo como os sujeitos envolvidos nesse fenômeno se organizaram, desenvolveram e mobilizaram forças para empreender escolas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho consiste em analisar o processo de desenvolvimento do ensino no meio rural de Lomba Grande desde a caracterização das políticas de investimento público de São Leopoldo e Novo Hamburgo nas primeiras décadas do século XX.

A perspectiva teórica sustenta-se na História Cultural, a partir de Peter Burke e considera as práticas e representações dos sujeitos um modo de caracterizar os fenômenos sociais investigados.¹ Baseado nessa corrente teórica, novas possibilidades de estudos de novos objetos de pesquisa passaram a compor os repertórios investigativos dos historiadores. Dessa forma, procura-se com essa abordagem “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”.²

A história de Novo Hamburgo está imersa no contexto da colônia alemã de São Leopoldo, principalmente a religião luterana e católica, que no decorrer do século XIX contribuíram para constituição da origem ao Vale dos Sinos (considerando o estabelecimento de colonos ao longo do rio dos

¹ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

² CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

Sinos).³ A localidade de Lomba Grande é considerada uma área rural,⁴ porém, em função de ser uma região ocupada desde o século XVIII por tropeiros e colonizadores europeus apresentou destaque no seu desenvolvimento social e econômico. É desta localidade que muitas lideranças políticas, especialmente de descendência germânica se projetaram até a primeira metade do século XX.

Para Souza (2015), em Lomba Grande a história da educação se relaciona à sensibilidade da comunidade e das famílias que cediam compartimentos em suas residências para que fossem ministradas Aulas.⁵ O professor, em alguns casos também era oriundo da sua comunidade, que apesar da instrução mínima, na ausência de um mestre graduado, desempenhavam a docência superando inclusive as dificuldades de falta de material didático, condicionando-se aos soldos provenientes das famílias.

A vida em comunidade organizava-se em torno de suas escolas e igrejas, considerando o princípio religioso e escolar, entendidos como legado e tradição germânica. Essa prática comunitária revela que no interior de Lomba Grande, no século XIX, existiram as Aulas Domiciliares Públicas e Particulares, bem como a Aula Mista da Comunidade Evangélica até a consolidação da escola pública, como passo a discorrer na próxima seção.

Aspectos da escola comunitária e a contextualização da escolarização

A condição “migrante” permite compreender a cultura produzida em um determinado lugar, no sentido plural, passível de construções híbridas, de traduções, pois transportam para além da língua, ideias, esperanças, hábitos e concepções educativas, que se transformam a partir do processo de tradução em ambos os lugares que habitam, por meio da etnicidade. Em Lomba Grande a escola comunitária, ou dos imigrantes apresenta uma característica híbrida,

³ Novo Hamburgo foi um dos primeiros distritos de São Leopoldo a emancipar-se em 5 de abril de 1927. Contudo, Lomba Grande pertenceu a São Leopoldo até 1940, quando em 1º de janeiro passou a administração de Novo Hamburgo.

⁴ O estudo aqui apresentado tem o meio rural como contexto cujas práticas e representações locais produziram os elementos culturais que moldaram o modo como foram sendo instituídas as escolas nesta comunidade. O conceito de campo, aqui sinônimo de zona, área ou espaço rural, sustenta-se ainda no argumento de que o considera como um ambiente onde decorreram práticas culturais, sendo a escola uma referência que baliza identidades e pertencimentos ao lugar.

⁵ SOUZA, José Edimar de. *As Escolas Isoladas: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande - RS (1940 a 1952)*. 2015. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Unisinos, São Leopoldo, RS, 2015.

considerando que desde os primórdios da sua fundação ela também serviu aos filhos dos estancieiros do lugar.⁶

As comunidades de imigrantes alemães, tanto evangélicas quanto católicas, estabeleceram escolas comunitárias em língua alemã, desde meados do século XIX até o começo do século XX. Além disso, os imigrantes já tinham o hábito de aprender as primeiras letras e o processo de contar e como o governo não implantou escolas nas regiões de imigração, as próprias comunidades criaram suas escolas. Esse hábito vem dos processos da Reforma e da Contrarreforma, marcados pelo fato de que Martinho Lutero muito se empenhou para a popularização da leitura da Bíblia.

As escolas étnicas dos imigrantes, no Brasil, foram um espaço de afirmação e de reelaboração das características culturais dos diversos grupos que as organizaram, sendo, nos núcleos rurais, chamadas *Gemeindeschule*, escolas comunitárias.⁷ A falta de escolas públicas levou as comunidades a esta organização independente, que, inclusive, foi assunto de discussão do Presidente da Província e da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na década de 1850. As assim denominadas *Gemeindeschulen* caracterizavam-se pela unidocência e pela predominância do uso da língua alemã como língua básica para o processo de ensino aprendizagem e comunicação em sala de aula.

A escola da Comunidade Evangélica-Luterana de Lomba Grande foi oficialmente fundada em 08 de fevereiro de 1842 e sabe-se que funcionava desde 1834 em um antigo prédio que servia às pregações dos “cura de almas” e onde também acontecia alfabetização dos filhos dos colonos. O prédio escolar, que também serviu de Casa Pastoral, deve ter sido inaugurado entre 1862 a 1864, como consta nos registros do Arquivo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Novo Hamburgo. Em 1890, foram construídos dois quartos e, a partir de 1915, foi moradia dos pastores da Igreja Evangélica-Luterana. A partir de 1915, as Aulas da Escola da Comunidade de Lomba Grande passaram por uma reorganização e, até 1939, não seguem um padrão de referência, conforme identificados em diferentes documentos consultados.⁸

⁶ SOUZA, op. cit. Antes da chegada dos primeiros imigrantes alemães na região os filhos de descendentes de famílias lusas eram atendidos por preceptores e/ou frequentavam aulas na capital. Identifica-se registros de atendimento feito aos filhos de algumas famílias de Lomba Grande pelo pároco de Gravatá, conforme documentos localizados no Arquivo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

⁷ KREUTZ, Lúcio. Igreja Católica e processo escolar entre os imigrantes alemães católicos no Rio Grande do Sul. In: DREHER, Martim N. (Org.). 500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional. Porto Alegre: EST, 2002. p. 472-480.

⁸ Em 1939 as aulas foram reunidas e surgiu o Grupo Escolar de Lomba Grande.

A escolarização pública: políticas e práticas no início do século XX

Estima-se que, no primeiro quartel do século XX, tenham existido cerca de 2.500 escolas étnicas no Brasil. Destas, o maior número de estabelecimentos associa-se aos imigrantes alemães, contabilizando, aproximadamente, 1.579 escolas, sendo 1.041 localizadas no Rio Grande do Sul. Elas eram mantidas por diretoria própria e constituíam-se nas picadas como sociedades escolares, sendo também responsáveis pela contratação de professores; despesas de manutenção e elaboração do material didático. Os pais responsabilizavam-se pelo pagamento do erário docente, quando tinham poucos recursos. A forma de custear o financiamento do estudo era através do emprego da mão de obra nas terras pertencentes à sociedade escolar.⁹

Entre as décadas de 1930 a 1950 aproximadamente 70% da população brasileira vivia no espaço rural. Porém, com o crescimento e a diversificação da economia, o Estado brasileiro também se ajustou aos novos padrões econômicos e sociais. A escola acompanhou estas mudanças, nesse sentido, a escola da cidade passou a ter importância, e isso refletiu “tanto nas políticas públicas quanto nas iniciativas privadas”.¹⁰

A primeira metade do século XX será conhecida como período de continuidade da expansão da educação pública, manifestação da propaganda republicana. Porém, a partir da década de 1930, a escola assume uma fisionomia muito mais urbana do que aquela até então existente. O êxodo rural favoreceu a construção de políticas de Estado voltadas para a cidade e, o espaço da escola passou a ser predominantemente o cidadão.¹¹

A constituição estadual do Rio Grande do Sul, de 1891, incorporou elementos positivistas. No que se refere ao ensino primário, deveria ser “leigo, livre e gratuito”, compreendendo o ensino elementar e complementar. A estrutura positivista enfatizava-se pela predominância do Executivo, ou seja, a supremacia da direção do ensino estava sob a tutela do presidente do estado, auxiliado pelo secretário dos Negócios do Interior e Exterior, a fim de uniformizar a instrução pública.¹²

⁹ LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. “Das Escolas de Improviso às Escolas Planejadas: Um Olhar Sobre os Espaços Escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul”. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 45-75, maio/ago. 2012.

¹⁰ ALMEIDA, Dóris Bittencourt. *Memórias da rural: narrativas da experiência educativa de uma escola normal rural pública (1950-1960)*. 2007. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) -- Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

¹¹ FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 3).

¹² BASTOS, Maria Helena Camara. “A educação como espetáculo”. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria

Maria Helena Camara Bastos acrescenta que, na década de 1930, a escola assumiu um caráter estratégico na obra da reconstrução nacional. Como política social, a escola seria a instituição legítima para imprimir na sociedade “certa unidade de pensamento”. Portanto, contribuiria para que se consolidasse a ideia de um “Estado forte, autoritário e marcadamente nacionalista”. O nacionalismo já estava presente nas discussões, debates e realizações do governo Estadual desde o início do século XX visível, por exemplo, nas subvenções escolares. Contudo, a política introduzida no período de 1930 a 1945 pretendia conduzir os indivíduos às novas exigências da realidade urbano-industrial, como resume:

A formação do “novo” homem está a exigir uma “nova” educação e “novas instituições escolares”. [...] as realizações do governo são dirigidas a preparar o homem completo, isto é, como pessoa, como cidadão e como trabalhador, a fim de que realize integralmente – no plano moral, político e econômico – a sua vida, para servir à Nação. Para implementação dessa meta, é fundamental a elaboração de um código das diretrizes da Educação Nacional, no qual o Estado deve assumir a sua suprema direção, fixando-lhe os princípios fundamentais e controlando a sua execução. O ensino primário – “a alfabetização das massas” – como o verdadeiro instrumento de modelação do ser humano, deve despertar e acentuar na criança as qualidades e aptidões de ordem física, intelectual e moral, que a tornem rica de personalidade e, ao mesmo tempo, dotada de disciplina e eficiência – dois atributos essenciais ao cidadão e ao trabalhador.¹³

Tratando-se de um estudo regional, as representações de alunos e professores sobre o papel do Estado, como “Estado Forte”, é o de provedor e regulador das práticas sociais. A relação de interdependência entre as esferas: federal, estadual e local pretendia consolidar juridicamente a garantia da expansão, da obrigatoriedade e da gratuidade do ensino público, principalmente o primário.

No transcorrer do século XX, a escolarização foi interpretada ora como instrumento mais adequado para radicar o homem no campo, ora como instrumento de adaptação que favoreceria uma transformação social, cujo alcance seria de elevar a mentalidade “arcaica e rural” à mentalidade urbana e cidadina.¹⁴

Helena Camara (Org.) História e memórias da educação no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005a.v. 2: século XIX, p. 116-131.

¹³ BASTOS, Maria Helena Camara. “A revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)”. O Novo e o Nacional em revista. Pelotas: Seiva, 2005, p. 16.

¹⁴ Entre as décadas de 1930 a 1950, difundiu-se também a ideia do ruralismo pedagógico. E teve como um dos seus principais articuladores Sud Menucci, o mesmo defendia ideia de que as crianças da roça fossem educadas por professores com “mentalidade rural”. Não concordava com o aspecto de que os professores

O Governo Provisório (1930-1934), o exercício legislativo foi feito pelo Executivo mediante decretos, leis e regulamentos. No período que vai de 1934 a 1937, o instrumento legal, utilizado pelo governo federal, serão as leis ordinárias e os decretos do Poder Legislativo, editados com força de lei. Durante o Estado Novo (1937-1945), a atividade legislativa era exercida pelo Poder Executivo por meio de decreto lei. Apenas com a Constituição de 1946 passa a utilizar-se a sequência numérica nas leis e decretos, como é até hoje.

O período de governo Vargas estabeleceu atos, leis, decretos importantes para normatizar a educação pública brasileira. No âmbito governamental, a União produziu a partir de 1931, um lugar privilegiado para inserção do componente “nacional” sobre o componente “regional”, com a criação do Ministério da Educação e Saúde. Além disso, houve criação do Conselho Nacional de Educação, reorganização do Ensino: superior, secundário, primário, entre outras ações.

No Rio Grande do Sul, entre 1930 a 1945, ocorreu crescimento do número de escolas públicas, ora pelo aspecto da subvenção, em função do processo de nacionalização do ensino, como já foi referido anteriormente, ora pela criação de novas instituições de ensino. Além disso, outras ações que envolveram a instância educativa contribuíram para qualificar o ensino público gaúcho. Estas ações se referem à tentativa de organizar administrativamente para melhor legislar neste assunto. Nesse sentido, em 1935 foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, ocupada por Otelo Rosa, entre 1935 a 1937; posteriormente, ocupada por José Pereira Coelho de Souza, entre 1937-1945. Este órgão incluía as seguintes diretorias/instituições: Diretoria Geral da Instrução Pública; Assistência a Alienados; Higiene e Saúde Pública; Museu Júlio de Castilhos; Biblioteca Pública; Universidade de Porto Alegre e Conselho Estadual de Educação.¹⁵

A partir de 1937, a ação do Estado passou a ser “intensa e exemplar”, especialmente, pelo aspecto da nacionalização do ensino, construindo uma unidade espiritual da Pátria; unificando a língua e o cultivo cívico, combatendo o nazi-facismo que se propagandeava pelo mundo desde o início do século XX. De acordo com Bastos (2005b), durante o período ditatorial do Estado Novo (1937-1945), a ofensiva nazista no sul do país se processava em três importantes setores da sociedade: as Igrejas Evangélicas alemãs; as sociedades de diferentes naturezas (recreativas, beneficentes, etc.) e as escolas.

fossem educados na cidade e enviados para lecionarem na zona rural.

¹⁵BASTOS, op. cit.

Na década de 1930, o descaso com o ensino rural altera-se um pouco, tendo em vista do “fortalecimento das concepções nacionalistas”.¹⁶ Nesse sentido, desenvolveu-se no Brasil a ideia de um ensino rural voltado à defesa da pátria, na busca pela constituição de uma identidade nacional, ou seja, da disseminação de um discurso que conduzisse as diferentes comunidades étnicas a “uma assimilação mais plena do sentido da cidadania brasileira”.¹⁷

De um modo geral, a década de 1930 ficou identificada pelo fortalecimento dos Estados Nacionais. No Brasil, o Rio Grande do Sul cooperou com as ações do governo que se valeu da escola e dos meios de comunicação: rádio, imprensa e cinema, para imprimir versões sobre a identidade nacional. Isso ocorreu porque a crise mundial também foi responsável pela emergência de regimes autoritários em todo o mundo; portanto, o nacionalismo que se configurou teve grande poder para autorizar ou censurar seus símbolos.¹⁸

A busca da homogeneização nacional através de um projeto de nacionalização do Estado Novo envolvia diferentes órgãos e ministérios do governo, em prol de ações que fortalecessem esse sentimento nacional. Em 1939, a Campanha da Nacionalização converteu-se em uma ação mais ostensiva e repressiva, ocorrendo prisão de professores, vistoria do material escolar de crianças a caminho da escola e destruição de diversos materiais que continham textos em língua estrangeira, não restando às instituições fechar as escolas ou a de submeterem-se às determinações do Estado, ou seja, aceitar as subvenções, como aconteceu em Lomba Grande.¹⁹

A escola deveria contribuir para o êxito do projeto de nacionalização, no sentido a diminuir ao máximo o índice de analfabetismo, imprimindo uma identidade aos currículos escolares, uniformizando valores e sentimentos da cultura nacional, especialmente no meio rural.

Quanto às políticas públicas locais que subsidiaram a educação pública, desde a Constituição Estadual de 1935, as Câmaras Municipais, sob a organização de suas Leis Orgânicas mantinham conselhos que legislavam sob os recursos aplicados ao ensino.²⁰ Cabendo a cada municipalidade,

¹⁶ ALMEIDA, op. cit. p. 87.

¹⁷ *Ibidem*, p. 90.

¹⁸ KERBER, Alessandra; SCHEMES, Claudia; PRODANOV, Cleber Cristiano. “Memórias das práticas educativas durante o primeiro governo Vargas na cidade de Novo Hamburgo – RS”. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 139-170, maio/ago. 2012.

¹⁹ KREUTZ, Lúcio. “Escolas étnicas na história da educação brasileira: a contribuição dos imigrantes”. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). op. cit., p. 150-165.

²⁰ O artigo 108 da Constituição Estadual de 1935 sugeria que a manutenção e desenvolvimento do ensino deveriam aplicar o montante da aplicação da renda proveniente dos impostos, de 20 %, pelo Estado e de

através de sua Câmara, examinar e julgar a prestação de contas do Poder Executivo, bem como aprovar e votar leis e o orçamento para o exercício do ano seguinte.

O investimento no setor educacional repercutiu na forma de escola implantada e/ou adaptada entre as décadas de 1930 a 1950, ou seja, o Grupo Escolar. Tomando como referência os dados estatísticos produzidos pelo Almanak Escolar do Rio Grande do Sul, o qual registra que 1935 havia 350 escolas estaduais com 350 professores e 510 aulas isoladas subvencionadas estaduais com 510 professores, 30 aulas reunidas, com 92 professores e 6 escolas complementares com 60 professores, 104 Grupos Escolares e 1.007 Colégios Complementares, além da Escola Normal de Porto Alegre.²¹

Este crescimento a partir da década de 1930 associa-se às ações de nacionalização, o que exigiu inicialmente medidas que orientaram e regulamentaram a rede de atendimento das escolas particulares. O número de escolas particulares fechadas em 1938 foi de 103 instituições, enquanto 238 foram oficialmente abertas.²² A ampliação da rede pública de atendimento educacional refletiu também na esfera pública municipal. Em 1937 havia 2.830 Escolas Isoladas municipais e em 1.941 este número havia saltado para 3.325. Quanto às escolas isoladas sob a gestão estadual, o número de 732 em 1937 diminuiu para 360 em 1942, em função da implantação dos grupos escolares passando de 170, em 1937 para 518 em 1942.²³

A substituição das Escolas Isoladas pelos grupos escolares não está relacionada apenas a mudanças no aspecto pedagógico e didático da forma de ensinar. A estrutura dos grupos escolares influenciou na estrutura da dimensão

pelo mínimo 10%, pelos Municípios. RIO GRANDE DO SUL. *Constituições Sul Rio-grandenses (1843-1947)*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963. Edição comemorativa do 16º aniversário da promulgação da Constituição do Estado. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Constitui%C3%A7%C3%B5esSulRioGrandenses/tabid/3456/Default.aspx>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

²¹ ALMANACK Escolar do Rio Grande do Sul. Diretoria Geral da Instrução Pública. Edição Oficial. Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia. Porto Alegre, 1935, p. 53.

²² É preciso considerar que nem todas as escolas particulares foram fechadas mas, muitas dos prédios e mesmo da força de trabalho das escolas étnicas foram subvencionadas. Cf. ARENDT, Isabel. *Educação, religião e identidade étnica: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2008. Em relatório encaminhado para Câmara de Vereadores de São Leopoldo, Theodomiro Porto da Fonseca afirma que o problema da disseminação da cultura germânica há décadas poderia ter sido solucionado, não fosse: “[...] a política sempre partidária, trazendo invariavelmente em seu bojo interesses que só diziam respeito às facções degladiantes, não permitia se tocasse no modo de vida dos colonos”. SÃO LEOPOLDO. *Relatório de 1940 apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias*. Dd. Interventor Federal pelo Prefeito Theodomiro Porto da Fonseca em junho de 1941. São Leopoldo: Oficinas Gráficas Rotermund & Co, 1941, p. 6.

²³ *Ibidem*.

do espaço de outras formas de escolas.²⁴ Com implantação de prédios escolares, construídos em um só pavimento. As salas de classe tinham preferentemente a forma retangular, boa iluminação e ventilação sem prejudicar a saúde das crianças.

Em janeiro de 1946, foram instituídas as Leis Orgânicas Federais do Ensino Primário e do Ensino Normal. Ambas pertencem a um conjunto de leis baixadas de 1942 a 1946 que ficou conhecida como Reforma Capanema. Com estas reformas, a estrutura educacional brasileira foi reorganizada na tentativa de estabelecer uma política nacional única para a educação no país. E a partir da década de 1950, percebe-se uma tendência autonomista na constituição das políticas educacionais e forte ênfase na constituição de políticas locais, influenciando no processo de descentralização do ensino.²⁵

Os investimentos na educação de São Leopoldo e de Novo Hamburgo e os reflexos no ensino em Lomba Grande

Na década de 1940, a escolarização primária estava dividida em duas possibilidades: fundamental e supletiva. A fundamental era destinada a crianças de 7 a 12 anos, com duração de 4 anos para o curso elementar e um ano de curso complementar preparatório ao exame de admissão ao ginásio. A organização curricular para o curso primário elementar estruturava-se em: Leitura e linguagem oral e escrita; Iniciação à Matemática; Geografia e História do Brasil; Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho; Desenho e trabalhos Manuais; Canto Orfeônico e Educação Física. Além disso, havia no curso primário complementar: noções de Geografia Geral e História das Américas, Ciências Naturais e Higiene e conhecimento das atividades econômicas, noções de economia doméstica e puericultura.²⁶

Em âmbito local, as políticas públicas municipais, desde a década de 1930 tanto em São Leopoldo, como em Novo Hamburgo buscaram a alfabetização da infância como um dos principais interesses do governo. Este aspecto fica evidente nos dados obtidos nos relatórios da administração municipal encaminhados à Câmara, como se observa na tabela 1.

²⁴ BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. “Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária”. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara, *ibidem*, p. 68-77.

²⁵ WERLE, Flávia Obino Corrêa. *O nacional e o local: ingerência e permeabilidade na educação brasileira*. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2005.

²⁶ BRASIL. *Decreto-Lei nº. 8529, de 2 de janeiro de 1946*. Lei Orgânica do Ensino Primário. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, (CPOE). Rio Grande do Sul, Brasil, Porto Alegre, 1947. p. 139 – 159.

Tabela 1: Demonstrativo de despesa com instrução pública São Leopoldo (1930/1940).

Ano	Despesa orçada
1930 e 1931	50: 000 \$ 000 ²⁷
1932	52: 000 \$ 000
1933	54: 000 \$ 000
1934	94: 000 \$ 000
1935	99: 800 \$ 000
1936	92: 000 \$ 000
1937	132: 800 \$ 000
1938	114: 800 \$ 000
1939	202: 000 \$ 000
1940	262: 300 \$ 000

Fonte: Adaptada pelo autor.

A despesa municipal de São Leopoldo com educação referia-se ao aluguel de prédios, folha de pagamento de professores municipais contratados e cedidos para órgãos públicos estaduais, como os Grupos Escolares, Aulas Reunidas e também em escolas Estaduais muito distantes. Além disso, de acordo com o relatório do prefeito municipal de São Leopoldo, as escolas municipais estavam sendo aparamentadas com aquisição de “[...] classes bi-pessoais, cadeiras, armários e ‘bureaux’ [...] ainda não foi possível o provimento completo [...] em razão do elevado custo do material”.²⁸ As antigas classes de cinco alunos, pertencentes, na maior parte, às comunidades religiosas foram sendo substituídas paulatinamente. Da mesma forma, outros espaços públicos, que não a residência familiar começou a ser contratado pela municipalidade, distanciando-se do “atraso” que representava a educação doméstica, conduzindo-a para uma educação pública, laica e nacional.

Identifica-se que em 1939, havia setenta e quatro escolas no território que compreendia São Leopoldo, destas escolas, nove estavam situadas em Lomba Grande. Conforme quadro 1, os professores eram:

²⁷ Em 1938, o valor médio, em mil reis, da cabeça de gado, por exemplo, correspondia a 214\$2 mil reis. Como venho argumentando em outros estudos, mil réis em outubro de 1942 equivaleriam a R\$ 0,15 de dezembro de 1995.

²⁸ SÃO LEOPOLDO, op. cit. p. 12. O referido relatório ainda indica que em 1940 foram distribuídos no município de São Leopoldo 1.129 livros didáticos para alunos pobres. E para as escolas adquiridos mapas do Brasil, do Estado do Rio Grande do Sul e de São Leopoldo. Em função do alto custo gerado por estes subsídios pedagógicos, Teodomiro Porto da Fonseca sugere que, tanto o governo federal quanto o estadual, mandassem imprimir edições especiais das referidas cartas geográficas, com uma versão simplificada e, encaminhassem para as referidas escolas.

Quadro 1: Professores do 6º. distrito – Lomba Grande (1939).

Vencimento	Nome	Localidade
200\$000	Iracema Ferreira	+Santa Maria do Butiá ²⁹
	Jurema Oliveira Freitas	+Quilombo
	Arno Blos	Morro dos Bois
	Alfridia Enck	Sede
150\$000	Lidia Haubert	São João do Deserto
	Maria Hilda Scherer	+Morro dos Bois
	Pedro Alfredo Kunrath	São José da Lomba Grande
120\$000	Maria Elvira Mohelecke	++Taimbé
	Olga Barth	++Quilombo

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Em 1940, estes professores foram agregados ao corpo de funcionários públicos do município de Novo Hamburgo. Quanto às políticas de investimento em educação de Novo Hamburgo, os documentos e registros sobre as despesas públicas não foram localizados. Algumas informações foram identificadas no Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Hamburgo e junto as narrativas publicadas no jornal O 5 de Abril, onde é possível realizar algumas considerações, como passo a detalhar.

Sabe-se que desde os primeiros anos da administração municipal, o ensino público foi uma preocupação. No decorrer da década de 1930 ocorreu implementação de políticas municipais para ampliar o número de ofertas de vagas, aquisição de materiais escolares, entre outros. Nesse sentido, além das aulas subvencionadas, escolas municipais foram criadas nos primeiros anos após a emancipação. Entre 1938 a 1941, o investimento em educação consistia, conforme tabela 2 abaixo em:

Tabela 2: Demonstrativo de despesa - Instrução Pública em Novo Hamburgo (1938/1941).

Ano	Despesa orçada
1938	40: 700 \$ 000
1939	62: 821 \$ 500
1940	112: 060 \$ 000
1941	126: 060\$ 000

Fonte: Adaptada pelo autor.

²⁹“As localidades constantes deste quadro, que se acham assinaladas, são as que, possuindo, funcionando, Aulas Municipais, em casas, cujos alugueis, em todo ou em parte, são satisfeitos pelos cofres municipais. As assinaladas com ++ percebem 50\$000 mensais. As assinaladas com + percebem 30\$000 mensais”. Ibidem.

Comparando as tabelas 1 e 2, o investimento em Novo Hamburgo era maior, talvez o motivo possa ser pelo subsídio estadual das subvenções que era maior para São Leopoldo. Enquanto São Leopoldo distribuía a receita orçada entre as setenta e quatro escolas municipais, Nova Hamburgo destinava 12,18% do orçamento no emprego da instrução pública, entre as dezessete escolas municipais.

Os recursos que destinavam o pagamento dos vencimentos docentes eram marcados em Lei, geralmente pelo mesmo código. Como constata em documentos acessados no Arquivo da Secretaria de Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, Diretoria de Expediente e no Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Hamburgo: Código 8.33.0 e para adaptar os prédios escolares e aquisição de materiais o Código 8.33.4 da Lei de Orçamento em vigor.³⁰

Em Novo Hamburgo, no início da década de 1930, havia oito escolas estaduais, seis municipais e oito particulares. Além disso, outras instituições de ensino do município eram: Evangelisches Stift – Hamburgo Velho, com Pensionato evangélico; Colégio Santa Catarina, em Hamburgo Velho, funcionando com Curso Complementar. Escola São Luiz, funcionando com anexo do Colégio Santa Catarina; Colégio São Jacob, que além do curso elementar oferecia curso comercial e sediava a Escola de Instrução Militar n. 90; Colégio Evangélico de Novo Hamburgo; Escola Normal Católica; Grupo Escolar de Novo Hamburgo e as Escolas Isoladas.³¹ A ampliação do número de escolas públicas foi feito sob a tutela das subvenções, como se identifica na tabela 3.³²

A tabela 3 indica que as Aulas Públicas eram mistas enquanto quatro aulas particulares ainda permaneciam organizadas sob a orientação da divisão por sexo. Observa-se que as Aulas ainda não tinham nome e as mesmas seguiam uma sequência numérica de criação e eram identificadas pelo nome da professora.

³⁰ O orçamento de despesas das escolas públicas municipais de 1947, encaminhado pelo prefeito municipal Guilherme Becker, registra o efetivo total de Cr\$: 228. 218, 90, entre vencimento de professores, orientador do ensino municipal, aquisição de materiais, aluguéis de prédios e conservação de imóveis. NOVO HAMBURGO. Ofício n. 22/26/3, de 14 de janeiro de 1948. [Cópia]. Documento microfilmado. Ofício encaminhado pelo Prefeito Guilherme Becker à Câmara Municipal de Vereadores de Novo Hamburgo. 1948. Nesse sentido, havia 17 escolas em Novo Hamburgo, atendendo 750 alunos. Os estabelecimentos de ensino estavam concentrados, em sua maioria (9 escolas das 17), no meio rural de Lomba Grande.

³¹ PETRY, Leopoldo. *O município de Novo Hamburgo – monografia*. 1. ed. São Leopoldo: Oficinas Gráficas Rotermund, 1944.

³² Cópia do ofício n. 6693, de 25 de junho de 1929. Remetido ao Dr. Luiz de Freitas e Castro. Diretor Geral da Instrução Pública, em Porto Alegre. Cf. NOVO HAMBURGO. Registro de Telegramas oficiais da Intendência Municipal de Novo Hamburgo. (1927 a 1931). [livro manuscrito]. Novo Hamburgo - RS. 1927.

Tabela 3: Aulas de Novo Hamburgo (1930).

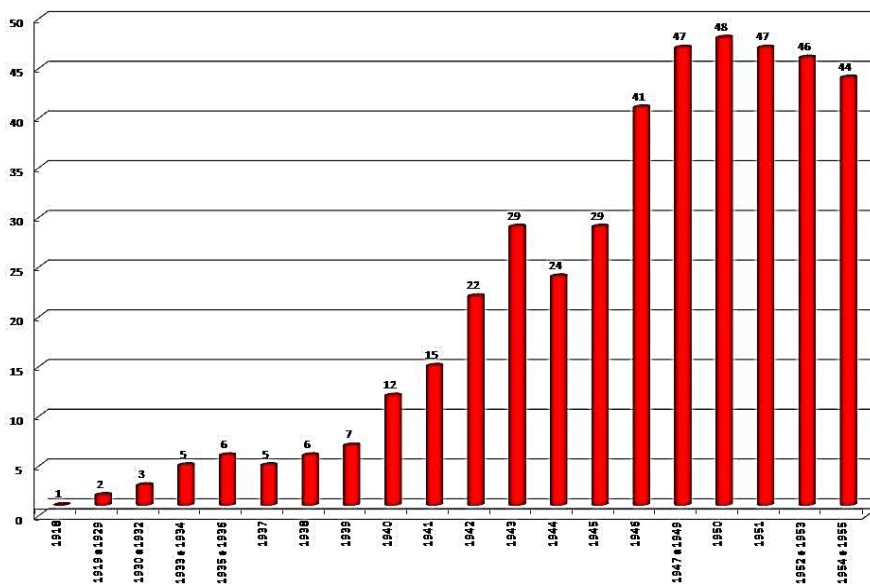
			Masc.	Fem.	Total
Aula Pública e	1 D. Zozina Soares	Novo Hamburgo	37	30	67
Subvencionada	2 D. Christiano J. Haag	Novo Hamburgo	38	27	65
	3 D. Frederica Schütz Pacheco	Novo Hamburgo	39	31	70
	4 D. Izabel Fschiedel	Novo Hamburgo	24	24	48
	5 D. Maria das Neves Marques	Mat. Kroeff	29	25	54
	6 D. Elsa Zottmann	Ex. Prado	17	23	40
	7 D. Elvira Brandi	Ex. Prado	9	4	13
	8 D. Maria A. Ribeiro	Hamburgo Velho	19	24	43
	9 D. Francisca Saile	Hamburgo Velho	43	31	74
	10 D. Ludwina Vier	Hamburgo Velho	20	55	75
Aulas Particulares	11 Escola São Luiz	Novo Hamburgo	53	88	141
	12 Escola Comun. Evangélica	Novo Hamburgo	54	48	102
	13 Escola Comun. Luterana	Novo Hamburgo	15	15	30
	14 Colégio São Jacó	Hamburgo Velho	236	--	236
	15 Colégio Santa Catarina	Hamburgo Velho	--	85	85
	16 Escola Paroquial	Hamburgo Velho	--	40	40
	17 Colégio Evangélico	Hamburgo Velho	--	80	80
			633	630	1263

Fonte: Elaborada pelo autor (2013).

Destaca-se do conjunto das aulas elencadas na tabela 3 a professora Ludwina Vier que, foi durante muitos anos a única professora subvencionada Estadual de Novo Hamburgo. Como venho argumentando em outros estudos, essa escola (Santo Antônio), funcionava em uma sala nos fundos do prédio do Colégio Santa Catarina, era uma escola para alunos “de origem africana”, pois negros não costumavam frequentar outras escolas de Novo Hamburgo nesse período.

Em 1940 havia em Novo Hamburgo, cerca de 19.000 habitantes distribuídos em três distritos: Novo Hamburgo, Hamburgo Velho e Lomba Grande. O número de escolas no município de Novo Hamburgo, entre 1940 a 1952 é relativamente o mesmo, embora o número de professoras contratadas demonstre aumento, como se observa no gráfico 1. Este aspecto talvez esteja associado à influência que a presença dos Grupos Escolares desempenhou na nova forma de organização das instituições escolares, na medida do possível, atendendo isoladamente os alunos pelo seu grau de adiantamento.

Gráfico 1: Índice de professores de Novo Hamburgo (1918 a 1955).



Fonte: Elaborado pelo autor (2012).

Quanto aos professores públicos municipais, que atenderam aos alunos do município de Novo Hamburgo, entre 1918 a 1955, identificou-se quarenta e oito nomes de docentes. Entre 1947 e 1948, havia 16 aulas, atendidas por 42 professoras, além daquelas subvencionadas.³³ O gráfico 1 elucida ainda que,

³³No Jornal Gazeta de Novo Hamburgo, de 16 de julho de 1947, no qual a Orientadora do Ensino de Novo Hamburgo, Flávia Schuler, expressa: “Mas esse número de aulas não é o bastante. Dois fatores impedem que haja um maior desenvolvimento: a lei que proíbe a instalação de aula municipal nas proximidades de Grupos Escolares, num raio de 3 quilômetros, e a escassa renda do município [...]”. GAZETA DE NOVO HAMBURGO. Alfabetização de adultos. Palestra com a Inspetora do Ensino Municipal, d. Flávia Schuler.

entre 1946 a 1955, houve um período de ampliação das escolas isoladas municipais, aspecto que também se relaciona ao novo cenário político que se anunciava com o fim do governo Vargas e a “ligeira experiência democrática”.³⁴

O gráfico 1 ainda demonstra que, aproximadamente 35% da matrícula dos professores elevaram-se com essa iniciativa, criando-se oito cargos de professor de 1942 para 1943. Nesse sentido, em 1943, a cidade já contava com 35 escolas entre públicas e privadas, com um total de 3.677 alunos, o que triplicou o número de alunos e mais que duplicou o de escolas. Havia um número significativo de professoras diplomadas e/ou alunas-mestras contratadas trabalhando nas dezessete escolas municipais que atendiam 873 alunos.

Quanto à vida funcional dos professores, como política que pretendia regular a profissão, é importante frisar que em 1942, ocorreu uma exoneração coletiva dos funcionários. A intenção do governo municipal, com esta prática, pretendia ajustar o regime funcional daqueles que atuavam sem terem prestado concurso. Em Novo Hamburgo, os concursos públicos datam do final da década de 1930, mas só no final da década de 1940 é que se percebe este aspecto como prática contínua nos registros documentais - livros dos funcionários públicos, decretos e leis municipais. O que se identifica, pelo contrário, é a referência à política educacional Estadual, com uma legislação que regulava a atuação dos professores de Novo Hamburgo.

A cultura do improviso, como modo de instituir escolas e desenvolver práticas de escolarização se processou em Lomba Grande por meio de práticas que valorizaram as construções “híbridas”. Esta condição implicou práticas de adaptações e modos de apropriação desenvolvidos pelos sujeitos do lugar, como aspecto singular de sua forma de organização, nas táticas de convencimento, de que se utilizaram os colonos para reivindicar escola. Nesse sentido, sabe-se que, na década de 1950, havia, aproximadamente, oito Escolas Públicas municipais em Lomba Grande, além das Escolas Isoladas Estaduais, das Aulas Reunidas que, posteriormente, originaram o Grupo Escolar. É importante destacar que a institucionalização escolar, no interior das localidades, foi morosamente implantada, porém, nas regiões que já havia Aulas desde o século XIX, sob a forma de subvenção e/ou Aula Pública efetiva, favoreceu

Dificuldade das professoras, Campanha de Alfabetização. Ano 1, n. 28, p.1, 16 jul. 1947. Esse aspecto permite que se compreenda a localização atual de determinadas instituições escolares e a distância entre uma e outra. No ofício n. 22/26/3, de 14 de janeiro de 1948, indica que além dos 42 professores havia mais 5 a disposição dos colégios particulares, totalizando 47 professores municipais. Cf. NOVO HAMBURGO. Op. cit.

³⁴ FREITAS; BICCAS, op cit.

para que as instituições investigadas se consolidassem e obtivessem uma trajetória institucional contínua.

Considerações finais

A escola assumiu, desde a segunda metade do século XIX, um papel indispensável para os imigrantes alemães, para disseminar o aprendizado da língua nacional. É possível que a implantação de Aulas Públicas e/ou de escolas subvencionadas, em localidades que representaram isolamento das comunidades étnicas estrangeiras tenha operado com propósito de disciplinar a aprendizagem do português. Era importante que os filhos dos imigrantes conseguissem se comunicar na nova terra, dessa prática dependeria a sobrevivência e o sucesso esperado.

A influência da Escola Nova na organização escolar, sob a nova forma que se evidenciava como Grupo Escolar, projetava a pequena Novo Hamburgo, no cenário dos grandes centros urbanos. Nas primeiras décadas do século XX, a modernização sob a inspiração da Escola Nova, contou com a mobilização de intelectuais brasileiros como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, entre outros. Este movimento contribuiu para que as reformas necessárias em benefício do ensino público, fossem agregadas às políticas educacionais em âmbito mais regional.

O ensino primário, basilar e indispensável para a formação humana, acontecia nas “Escolas Isoladas; Escolas Reunidas ou nos Grupos Escolares”, com previsão de quatro anos de escolaridade, complementadas por mais dois anos de ensino preparatório ou complementar, que deveria acontecer no grupo escolar. Após admissão à etapa seguinte, a opção de curso complementar indicava outro determinante que conduzia e engessava uma profissão. A estrutura do ensino, com a proposta Capanema, contribuía para o afinilamento “natural” da escolarização. O ensino ficou composto, neste período, por Curso Primário, Curso Ginásial e Colegial, podendo ser na modalidade clássica ou científica. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a se preocupar mais com a formação geral e diretiva.

A instrução pública primária no interior de Novo Hamburgo, no que se refere ao modo de organização do ensino, estruturava-se no tipo de escola artesanal e apenas no final da década de 1930 as escolas modulares começaram a ser implantadas na região, em substituição às aulas que funcionavam de forma rudimentar. Nas primeiras décadas do século XX, a instância do governo Estadual foi a principal administradora dos recursos

públicos e das políticas para expandir o ensino, sobretudo no meio rural, época em que aproximadamente 60% da população deste município residia neste espaço.

Artigo recebido para publicação em 06/05/2018
Artigo aprovado para publicação em 30/08/2018